

# ORÇAMENTO 2019



Município de **Ferreira do Alentejo**



## **1. RELATÓRIO**

### **1.1. INTRODUÇÃO**

Com esta nota introdutória pretende-se possibilitar a verificação da sustentabilidade das soluções adotadas, clarificando a sustentação financeira das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2019.

A elaboração do Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022 obedeceu às seguintes considerações:

- a) O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, estabelece no seu ponto 3.3 um conjunto de Regras Previsionais, alteradas pelo Decreto-Lei nº84-A/2002, que devem ser obedecidas na elaboração dos Orçamentos das Autarquias Locais;
- b) Foi aprovado, paralelamente, o Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro – Regime Jurídico dos Códigos de Classificação Económica das Receitas e Despesas Públicas, que estabelece alterações ao classificador económico constante do POCAL;
- c) Através do SATAPOCAL (grupo de trabalho, na dependência da Direcção-Geral das Autarquias Locais - DGAL, criado com o objetivo de salvaguardar a uniformidade interpretativa das questões suscitadas pelas autarquias locais, propondo notas técnicas e propostas de modificações legislativas, em articulação com as orientações da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública), foram promovidas, pontualmente, pequenas alterações àquele classificador, necessárias a uma mais correta contabilização das receitas e despesas orçamentais;
- d) A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, define no seu art.º 40.º, n.º 1 e 2, que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, e que o orçamento prevê receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

O Orçamento Municipal para 2019 cumpre as regras do equilíbrio financeiro definidas, como se pode constatar nos seguintes quadros:

**Equilíbrio Orçamental ( n.º 2 do art.º 40.º da Lei 73/2013)**

<b>Descrição</b>	<b>Elaboração Orçamento de 2019</b>
A-Receitas Correntes previstas	9 844 727,99 €
B- Amortização média dos EMLP	442 786,12 €
C- Montante máximo das despesas correntes a considerar ((A)-(B))	9 401 941,87 €

**Equilíbrio Orçamental ( n.º 1 do art.º 40.º da Lei 73/2013)**

<b>Receita Corrente</b>	9 844 727,99 €	<b>Despesa Corrente</b>	9 345 202,02 €
<b>Receita de Capital</b>	3 146 590,81 €	<b>Despesa de Capital</b>	3 646 961,42 €
<b>Outras Receitas</b>	844,64 €		
<b>Total</b>	<b>12 992 163,44 €</b>	<b>Total</b>	<b>12 992 163,44 €</b>

Por último, importa referir que a discriminação das receitas e das despesas, cuja análise se expõe nos pontos seguintes, pode ser verificada nos mapas do Orçamento e Atividades Mais Relevantes (AMR e PPI).

## **1.2. QUADRO MACROECONÓMICO**

### **1.2.1. Quadro Plurianual de Programação Orçamental**

No que respeita às regras da anualidade e pluralidade orçamentais, os artigos 41.º e 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estipulam que a Câmara Municipal apresente à Assembleia Municipal uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental como base para a elaboração dos Orçamentos anuais e deque “os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do Orçamento e indicativos para os restantes” (n.º 3 do artigo 44.º do mesmo diploma).

Como contraponto, e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a ANMP entende “...não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014”.

No entanto, e apesar da falta de regulamentação a câmara municipal elaborou o quadro plurianual de programação orçamental, para o período compreendido entre 2019 a 2022.

O QPPO delimita, numa base móvel, para os exercícios seguintes:

- a) Os limites para a despesa;
- b) As projeções da receita discriminada entre as provenientes do OE e as cobradas pelo Município.

Na elaboração do QPPO, a projeção da receita foi considerada um crescimento médio de 2,2% (de acordo com o crescimento económico previsto no relatório do Orçamento do Estado para 2019 (pag.228), aplicado às receitas próprias do município.

Relativamente aos montantes das transferências do Orçamento do Estado, foi aplicado um crescimento de 6.2%, nos termos do apresentado no relatório do Orçamento do Estado para 2019 (pag.61).

No entanto e, tendo em conta que a regulamentação deste documento ainda não foi publicada, e, que também não são conhecidas as projeções macroeconómicas que servem de base ao OE, não permitindo desta forma conhecer o modo de cumprimento dos requisitos legais, propõe-se que os valores apresentados no QPPO, não devam ser considerados vinculativos.

**Quadro Plurianual de Programação Orçamental**

RUBRICAS		2019	2020	2021	2022
Projeção da Receita	Orçamento do Estado (1)	9 675 080,84 €	10 274 935,85 €	10 911 981,87 €	11 588 524,75 €
	Próprias	3 317 082,60 €	3 390 058,42 €	3 464 639,70 €	3 540 861,78 €
Total		12 992 163,44 €	13 664 994,27 €	14 376 621,58 €	15 129 386,53 €
Limites para a despesa		12 992 163,44 €	13 664 994,27 €	14 376 621,58 €	15 129 386,53 €
Total		12 992 163,44 €	13 664 994,27 €	14 376 621,58 €	15 129 386,53 €

(1) Contem valores das transferências dos Fundos Comunitários.

### 1.3. APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA

#### 1.3.1. Orçamento da Receita

**Quadro Síntese da Receita**

Rubricas	Valor		Variação %
	Orçamento para 2018	Orçamento para 2019	
Total das Receitas Correntes	9 564 558,09 €	9 844 727,99 €	2,93
Total das Receitas de Capital	4 375 537,74 €	3 146 590,81 €	-28,09
Total das Outras Receitas	1,00	844,64	100,00
<b>Total das Receitas</b>	<b>13 940 096,83 €</b>	<b>12 992 163,44 €</b>	<b>-6,80</b>

A receita estimada para 2019 apresenta uma variação positiva relativamente à estimativa efetuada para 2018 no valor de 2,93% no que respeita à receita corrente enquanto que as receitas de capital apresentam um decréscimo de cerca de 28,9% em relação ao ano anterior.

**1.3.2. Orçamento da Despesa****Quadro Síntese da Despesa**

Rubricas	Valor	
	Orçamento para 2018	Orçamento para 2019
<b>Total das Despesas Correntes</b>	8 997 830,18 €	9 345 202,02 €
<b>Total das Despesas de Capital</b>	4 942 266,65 €	3 646 961,42 €
<b>Total das Despesas</b>	<b>13 940 096,83 €</b>	<b>12 992 163,44 €</b>

A despesa prevista para 2019 é, obviamente, condicionada pela receita que se prevê obter, pelo que a mesma apresenta um decréscimo relativamente aos valores estimados para 2018. Como se pode verificar, estima-se que grande parte desse decréscimo se verifique ao nível das despesas de capital em cerca 26,2%.

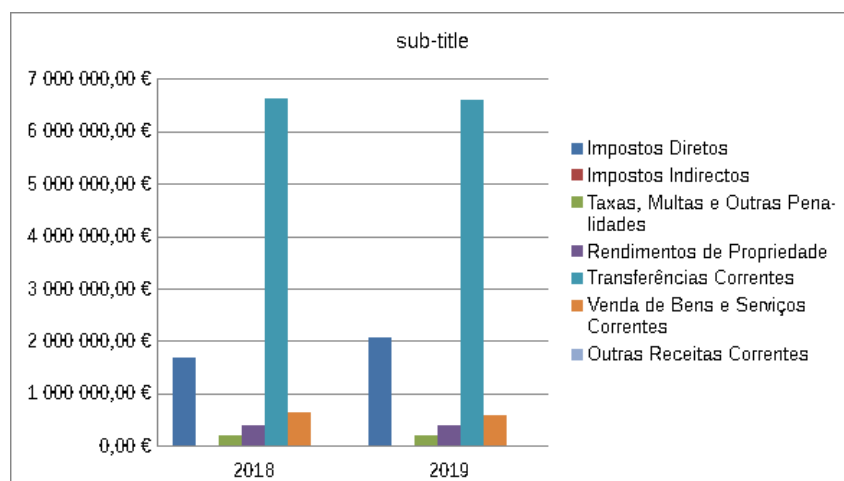
**1.3.3. Análise das Receitas****1.3.3.1. Receitas Correntes**

A estrutura da receita corrente do município continua, à semelhança de anos anteriores, a revelar uma grande dependência de transferências com origem no Orçamento de Estado.

O quadro e gráfico que se seguem permitem-nos fazer uma leitura da evolução da receita.

**Evolução das Receitas Correntes**

Rubricas	Valor		
	2018	2019	Variação %
Impostos Diretos	1 674 950,10 €	2 069 959,93 €	23,58
Impostos Indiretos	19 711,45 €	11 857,48 €	-39,84
Taxas, Multas e Outras Penalidades	195 559,71 €	191 898,52 €	-1,87
Rendimentos de Propriedade	390 627,96 €	399 281,88 €	2,22
Transferências Correntes	6 623 529,59 €	6 591 208,03 €	-0,49
Venda de Bens e Serviços Correntes	650 598,75 €	570 821,06 €	-12,26
Outras Receitas Correntes	9 580,53 €	9 701,09 €	1,26
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>9 564 558,09 €</b>	<b>9 844 727,99 €</b>	<b>2,93</b>



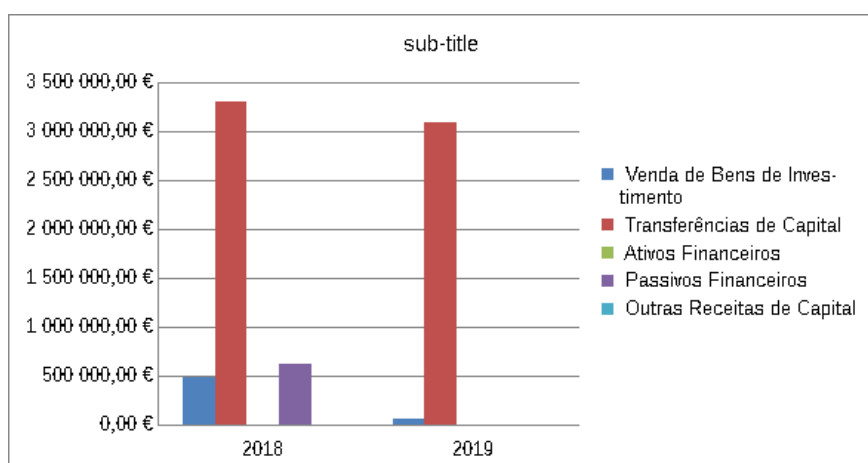
Conforme se pode constatar, a receita corrente prevista para 2019 é superior em cerca de 2,93% quando comparada com a que foi orçamentada para 2018, estimando-se um acréscimo de arrecadação de receita na ordem dos 280.169,90€ relativamente ao valor de 2018.

### 1.3.3.2. Receitas de Capital

Pela análise do quadro permite-nos perceber que o financiamento das despesas de capital é feito através do recurso a transferências de capital (onde se incluem as verbas relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital e as candidaturas a fundos comunitários), e venda de bens de investimento.

## Evolução das Receitas Capital

Rubricas	Valor		
	2018	2019	Variação %
Venda de Bens de Investimento	477 004,00 €	62 715,00 €	-86,85
Transferências de Capital	3 289 530,74 €	3 083 872,81 €	-6,25
Ativos Financeiros	1,00 €	1,00 €	0,00
Passivos Financeiros	609 001,00 €	1,00 €	-100,00
Outras Receitas de Capital	1,00 €	1,00 €	0,00
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>4 375 537,74 €</b>	<b>3 146 590,81 €</b>	<b>-28,09</b>

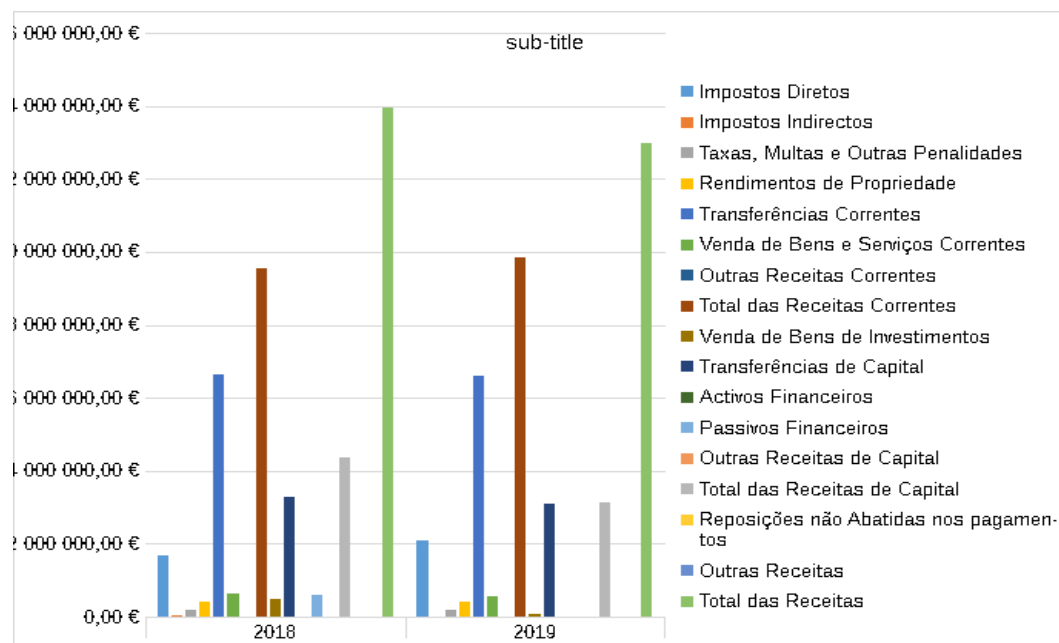




### 1.3.4. Receita Global

#### Receita Global

Rubricas	Valor			
	Orçamento para 2018		Orçamento para 2019	
	Montante	%	Montante	%
Impostos Directos	1 674 950,10 €	12,02	2 069 959,93 €	15,93
Impostos Indirectos	19 711,45 €	0,14	11 857,48 €	0,09
Taxas, Multas e Outras Penalidades	195 559,71 €	1,40	191 898,52 €	1,48
Rendimentos de Propriedade	390 627,96 €	2,80	399 281,88 €	3,07
Transferências Correntes	6 623 529,59 €	47,51	6 591 208,03 €	50,73
Venda de Bens e Serviços Correntes	650 598,75 €	4,67	570 821,06 €	4,39
Outras Receitas Correntes	9 580,53 €	0,07	9 701,09 €	0,07
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>9 564 558,09 €</b>	<b>68,61</b>	<b>9 844 727,99 €</b>	<b>75,77</b>
Venda de Bens de Investimentos	477 004,00 €	3,42	62 715,00 €	0,48
Transferências de Capital	3 289 530,74 €	23,60	3 083 872,81 €	23,74
Activos Financeiros	1,00 €	0,00	1,00 €	0,00
Passivos Financeiros	609 001,00 €	4,37	1,00 €	0,00
Outras Receitas de Capital	1,00 €	0,00	1,00 €	0,00
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>4 375 537,74 €</b>	<b>31,39</b>	<b>3 146 590,81 €</b>	<b>24,22</b>
Reposições não Abatidas nos pagamentos	1,00 €		844,64 €	0,01
<b>Outras Receitas</b>	<b>1,00 €</b>		<b>844,64 €</b>	<b>0,01</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>13 940 096,83 €</b>	<b>100,00</b>	<b>12 992 163,44 €</b>	<b>100,00</b>





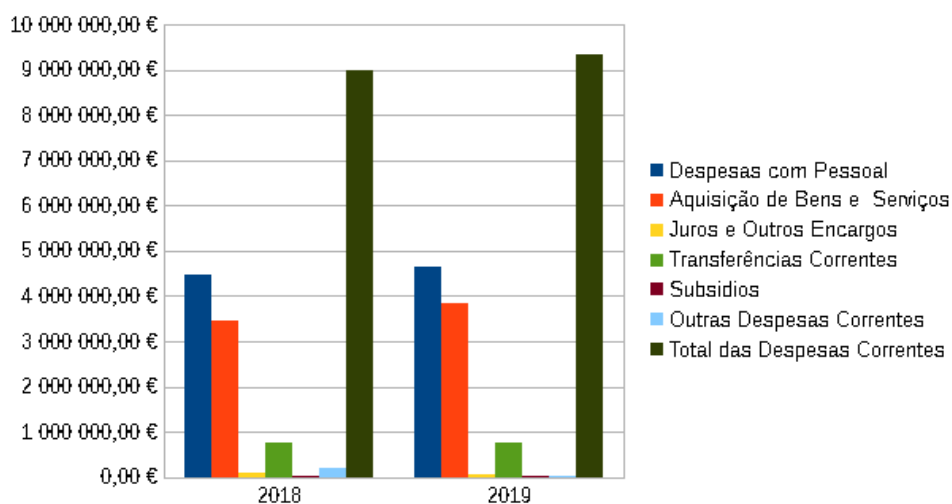
Em termos globais estima-se que, em 2019, as transferências representem mais de 74,5% das Receitas Totais previstas, assumindo os fundos provenientes do Orçamento do Estado um papel preponderante.

### 1.3.5. Análise das Despesas

#### 1.3.5.1. Despesas Correntes

Evolução das Despesas Correntes

Rubricas	Valor		
	2018	2019	Variação %
Despesas com Pessoal	4 483 493,35 €	4 630 275,34 €	3,17
Aquisição de Bens e Serviços	3 440 700,90 €	3 835 924,93 €	10,30
Juros e Outros Encargos	99 404,77 €	57 594,75 €	-72,59
Transferências Correntes	757 464,09 €	776 407,00 €	2,44
Subsidios	30 000,00 €	20 000,00 €	-50,00
Outras Despesas Correntes	186 767,07 €	25 000,00 €	-647,07
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>8 997 830,18 €</b>	<b>9 345 202,02 €</b>	<b>3,72</b>



Conforme se pode constatar as grandes fatias da despesa corrente estimada para 2019 destinam-se ao pagamento de encargos com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços (cerca de 49,85% e 42,45% do valor orçamentado).

O quadro e o gráfico permitem-nos fazer uma leitura da evolução da despesa corrente. Conforme se pode inferir, a despesa corrente prevista para 2019 é superior àquela que foi estimada para 2018 (3,72%).

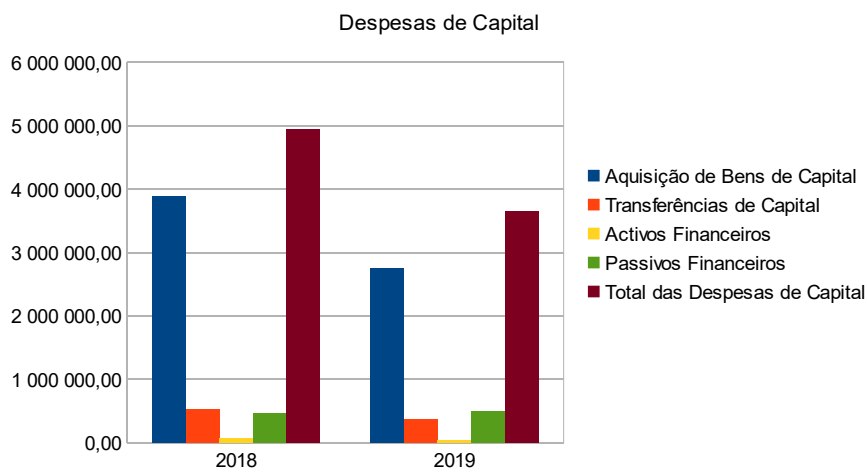
As verbas previstas para a aquisição de bens e serviços apresentam um acréscimo relativamente ao ano anterior, e, incluem faturas de fornecedores conta-corrente que transitaram para 2019. O Orçamento para 2018 prevê verbas para fazer face aos compromissos anuais assumidos com as empresas intermunicipais prestadoras de serviços na área ambiental (recolha de resíduos sólidos urbanos, recolha de recicláveis).

Por seu lado, as transferências correntes apresentam um aumento relativamente ao ano anterior em cerca de 2,44%, mantendo-se as verbas a transferir para as freguesias.

### 1.3.5.2. Despesas de Capital

**Evolução das Despesas Capital**

Rubricas	Valor		
	2018	2019	Variação %
Aquisição de Bens de Capital	3 887 365,37 €	2 752 418,14 €	-41,23
Transferências de Capital	521 815,00 €	366 817,00 €	-42,25
Activos Financeiros	71 084,00 €	35 542,00 €	-100,00
Passivos Financeiros	462 002,28 €	492 184,28 €	6,13
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>4 942 266,65 €</b>	<b>3 646 961,42 €</b>	<b>-26,21</b>



A despesa de capital estimada é maioritariamente (75,47%) direcionada para a aquisição de bens de capital através da execução de investimentos nas estações de tratamento das águas residuais, em sistema de captação e distribuição de água, na recuperação e melhoramento dos espaços escolares bem como para a aquisição de equipamento básico, administrativo, informático e de transporte. A estes junta-se a reabilitação de domínio público, ao nível viadutos, arruamentos e obras complementares.

A restante despesa prevista destina-se à amortização de passivos financeiros contraídos pelo município, ao longo das últimas décadas, para financiar investimentos já realizados, a transferências de capital para as freguesias.

Comparativamente com 2018 estima-se um decréscimo da despesa de capital (na ordem dos 26,21%) tendo em conta as razões apontadas na análise efetuada à receita.

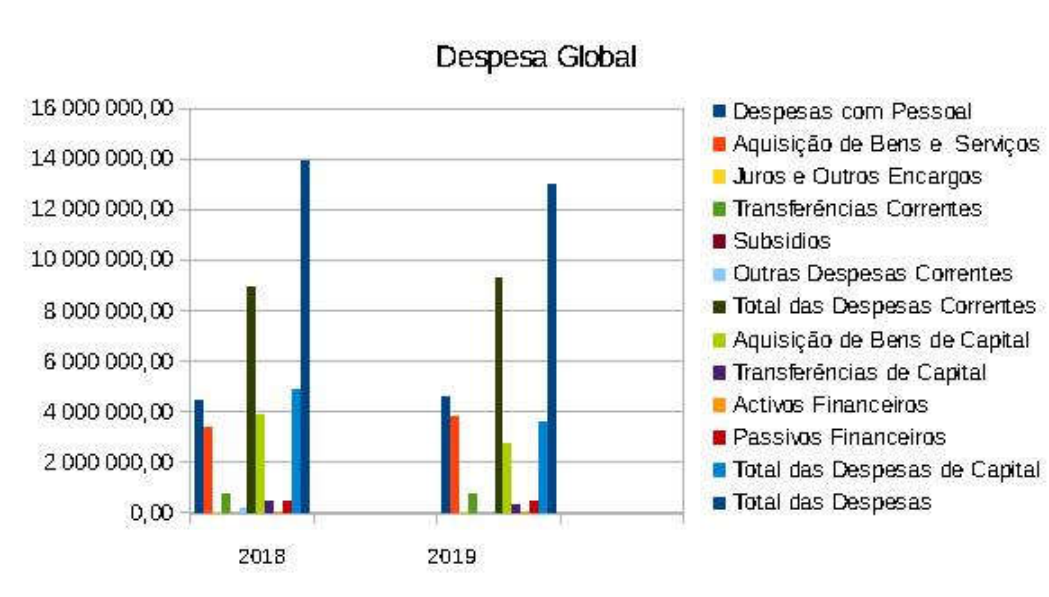
A diminuição estimada ocorre não só ao nível do investimento direto do município (aquisição de bens de capital, discriminados projeto a projeto no Plano Plurianual de Investimentos) mas, também, ao nível do investimento indireto.

O valor estimado ao nível dos passivos financeiros explica-se pela maturidade dos financiamentos de longo prazo contratados junto das Instituições Bancárias, todos eles já em fase de amortização.

### 1.3.5.3. Despesa Global

Despesa Global

Rubricas	Valor			
	Orçamento para 2018		Orçamento para 2019	
	Montante	variação%	Montante	variação%
Despesas com Pessoal	4 483 493,35 €	32,16	4 630 275,34 €	35,64
Aquisição de Bens e Serviços	3 440 700,90 €	24,68	3 835 924,93 €	29,52
Juros e Outros Encargos	99 404,77 €	0,71	57 594,75 €	0,44
Transferências Correntes	757 464,09 €	5,43	776 407,00 €	5,98
Subsidios	30 000,00 €	0,22	20 000,00 €	0,15
Outras Despesas Correntes	186 767,07 €	1,34	25 000,00 €	0,19
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>8 997 830,18 €</b>	<b>64,55</b>	<b>9 345 202,02 €</b>	<b>71,93</b>
Aquisição de Bens de Capital	3 887 365,37 €	27,89	2 752 418,14 €	21,19
Transferências de Capital	521 815,00 €	3,74	366 817,00 €	2,82
Activos Financeiros	71 084,00 €	0,51	35 542,00 €	0,27
Passivos Financeiros	462 002,28 €	3,31	492 184,28 €	3,79
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>4 942 266,65 €</b>	<b>35,45</b>	<b>3 646 961,42 €</b>	<b>28,07</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>13 940 096,83 €</b>	<b>100,00</b>	<b>12 992 163,44 €</b>	<b>100,00</b>



Da análise aos valores previsionais da despesa para o ano 2019, cerca de 70% respeitam a despesas correntes, e das quais cerca de 50% destinadas a despesas com pessoal. Relativamente às despesas de capital, é de referir que 75% das mesmas, são para investir em aquisição de bens.

#### 1.4. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Estabelece a alínea a) do n.º 1 do art.º 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que o relatório deve conter a descrição das responsabilidades contingentes.

Para tal, elencam-se os processos de contraordenação em matéria ambiental e estradal, e um processo judicial, de natureza condenatória que podem vir a implicar o pagamento de quantias pecuniárias, sendo que o único critério possível será o valor das respetivas ações, uma vez que as suas causas de pedir, são de matéria controvertida.

##### Contra Ordenações

CO Ambientais	Situação	Valor da coima
CO208/2016	Apresentada defesa	de 12.000 € a 48.000 €
CO49/DAJ	Idem	de 2.000 € a 22.500 €
CO229/DAJ	Idem	de 12.000 € a 48.000 €

CO Estradal	Situação	Valor da coima
Auto 162962	Apresentada defesa	de 150 € a 1.000 €
Auto 162418	Idem	de 500 € a 1.500 €
Auto 915502020	Aguarda resposta da ANSR	de 120 € a 600 €
Auto 915502046	Idem	de 60 € a 300 €
Auto 915502038	Idem	de 120 € a 600 €
Auto 286345285	Idem	de 300 € a 1500 €
Auto 273767089	Idem	de 600 € a 3.000 €
Auto 273766058	Idem	de 600 € a 3.000 €
Auto 273768816	Idem	de 600 € a 3.000 €
Auto 273759779	Idem	de 600 € a 3.000 €

**Processos Judiciais**

Nº. de Processo	Identificação	Situação	Valores
356/17.6	Ação administrativa	Terminou a fase dos articulados	19.420,00 €
131284/12.4YIPRT	Ação administrativa	Aguarda data de julgamento	7.648,77

As situações apresentadas serão analisadas com os auditores (ROC's), para tomada de decisão quanto à necessidade de constituição de contingência (provisão)

# MAPA RESUMO DA RECEITA E DA DESPESA



Município de Ferreira do Alentejo





## **2. MAPA RESUMO DA RECEITA E DA DESPESA**

# R E S U M O   D O   O R Ç A M E N T O

ENTIDADE
Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

## DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes .....	9.844.727,99	Correntes .....	9.345.202,02
De capital .....	3.147.435,45	De capital .....	3.646.961,42
Total	12.992.163,44	Total	12.992.163,44
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	12.992.163,44	Total Geral	12.992.163,44

ENTIDADE	R E S U M O   D A S   R E C E I T A S   E   D A S   D E S P E S A S	APROVACOES : Executivo    __/__/__ Deliberativo   __/__/__
CM FERREIRA		

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019

R E C E I T A S	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	2.069.959,93	15.9
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	11.857,48	0.1
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	191.898,52	1.5
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	399.281,88	3.1
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.591.208,03	50.7
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	570.821,06	4.4
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.701,09	0.1
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	9.844.727,99	75.8
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	62.715,00	0.5
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.083.872,81	23.7
11 ACTIVOS FINANCEIROS	1,00	0.0
12 PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	0.0
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	3.146.590,81	24.2
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	844,64	0.0
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	844,64	0.0
TOTAL GERAL	12.992.163,44	100.0

D E S P E S A S	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	4.630.275,34	35.6
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.835.924,93	29.5
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	57.594,75	0.4
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	776.407,00	6.0
05 SUBSÍDIOS	20.000,00	0.2
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000,00	0.2
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	9.345.202,02	71.9
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.752.418,14	21.2
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	366.817,00	2.8
09 ACTIVOS FINANCEIROS	35.542,00	0.3
10 PASSIVOS FINANCEIROS	492.184,28	3.8
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	3.646.961,42	28.1
TOTAL GERAL	12.992.163,44	100.0

# ORÇAMENTO DA RECEITA

## 2019



Município de **Ferreira do Alentejo**



### **3. MAPA DO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA**

#### **3.1. MAPA DO ORÇAMENTO DA RECEITA (CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)**

ENTIDADE Camara Municipal de Ferreira Alentejo	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	<b>R E C E I T A S C O R R E N T E S</b>	<b>9.844.727,99</b>
<b>01</b>	<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>	<b>2.069.959,93</b>
<b>01.02</b>	<b>OUTROS</b>	<b>2.069.959,93</b>
01.02.02	Imposto Municipal sobre Imoveis	622.983,35
01.02.03	Imposto Unico de Circulação	158.876,30
01.02.04	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imoveis	910.271,71
01.02.05	Derrama	377.828,57
<b>02</b>	<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	<b>11.857,48</b>
<b>02.02</b>	<b>OUTROS</b>	<b>11.857,48</b>
<b>02.02.06</b>	<b>Impostos Indirectos Esp.das Autarquias Locais</b>	<b>11.857,48</b>
02.02.06.01	Mercados e Feiras	84,65
02.02.06.02	Loteamentos e Obras	6.514,82
02.02.06.03	Ocupação da Via Pública	1.830,17
02.02.06.04	Canídeos	1,00
02.02.06.05	Publicidade	1,00
<b>02.02.06.99</b>	<b>Outros</b>	<b>3.425,84</b>
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	2.750,50
02.02.06.99.02	Taxa de Deposito da Ficha Tecnica da Habitação	11,41
02.02.06.99.03	Inertes	1,00
02.02.06.99.99	Outros	662,93
<b>04</b>	<b>TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>191.898,52</b>
<b>04.01</b>	<b>TAXAS</b>	<b>182.802,18</b>
<b>04.01.23</b>	<b>Taxas Especificas das Autarquias Locais</b>	<b>182.802,18</b>
04.01.23.01	Mercados e Feiras	1,00
04.01.23.02	Loteamentos e Obras	33.243,19
04.01.23.03	Ocupação da Via Pública	665,65
04.01.23.04	Canídeos	1,00
04.01.23.06	Saneamento	90.326,18
<b>04.01.23.99</b>	<b>Outras</b>	<b>58.565,16</b>
04.01.23.99.01	Taxa de Deposito da Ficha Tecnica da Habitação	292,56
04.01.23.99.02	Taxa Pela Emissão do Cert.Registo Fixada Pela Portaria nº1334-D/2010 DE 31/12	644,38
04.01.23.99.99	Outras	57.628,22
<b>04.02</b>	<b>MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>	<b>9.096,34</b>
04.02.01	Juros de Mora	489,28
04.02.04	Coimas e Penalidades por Contra Ordenações	572,04
04.02.99	Multas e Penalidades Diversas	8.035,02
<b>05</b>	<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>	<b>399.281,88</b>
<b>05.02</b>	<b>JUROS- SOCIEDADES FINANCEIRAS</b>	<b>1,00</b>
05.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	1,00
<b>05.03</b>	<b>JUROS- ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>49,88</b>
05.03.01	Administração Central - Estado	49,88
<b>05.09</b>	<b>PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DAS ADMINISTRAÇÕES PUBLICAS</b>	<b>1,00</b>
05.09.99	Outros	1,00
<b>05.10</b>	<b>RENDAS</b>	<b>399.230,00</b>
05.10.99	Outros	399.230,00
<b>06</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>6.591.208,03</b>
<b>06.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>6.576.558,87</b>
<b>06.03.01</b>	<b>Estado</b>	<b>6.535.330,80</b>
06.03.01.01	Fundo de Equilibrio Financeiro	5.713.151,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	136.486,00
06.03.01.03	Participação Fixa no IRS	210.762,00
06.03.01.05	Direcção Geral De Administração Local	1,00
06.03.01.06	Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares	54.200,80
06.03.01.07	Direcção Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral	7.500,00
06.03.01.09	Ministerio da Educação	413.230,00
<b>06.03.06</b>	<b>Estado - Part. Comunit. em Proj. Co-Financiados</b>	<b>1,00</b>
06.03.06.01	Fundo Social Europeu	1,00
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos	1,00

ENTIDADE Camara Municipal de Ferreira Alentejo	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
06.03.09	Serviços e Fundos Autónomos - Sub.Protecção Emprego e Formação Profissional	41.226,07
<b>06.06</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>14.649,16</b>
06.06.01	Sistemas de Solidariedade e Segurança Social	14.648,16
06.06.04	Outras Transferencias	1,00
<b>07</b>	<b>VENDE DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES</b>	<b>570.821,06</b>
<b>07.01</b>	<b>VENDE DE BENS</b>	<b>247.225,64</b>
07.01.02	Livros e Documentação Tecnica	2.508,02
07.01.03	Publicações e Impressos	42,49
07.01.05	Bens Inutilizados	4.097,50
07.01.08	Mercadorias	1.204,50
<b>07.01.10</b>	<b>DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS</b>	<b>1,00</b>
07.01.10.01	Sucata	1,00
<b>07.01.11</b>	<b>Produtos Acabados e Intermedios</b>	<b>239.372,13</b>
07.01.11.01	Inertes	1,00
<b>07.01.11.02</b>	<b>Outros</b>	<b>239.371,13</b>
07.01.11.02.01	Agua	238.937,55
07.01.11.02.02	Outros	433,58
<b>07.02</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>308.607,94</b>
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	1,00
<b>07.02.08</b>	<b>Serviços Sociais,Recreativ,Cult.e de Desporto</b>	<b>58.306,32</b>
<b>07.02.08.01</b>	<b>Serviços Sociais</b>	<b>1.263,54</b>
07.02.08.01.01	Serviços Sociais	1.262,54
07.02.08.01.99	Outros	1,00
<b>07.02.08.02</b>	<b>Serviços Recreativos</b>	<b>1,00</b>
07.02.08.02.99	Outros	1,00
<b>07.02.08.03</b>	<b>Serviços Culturais</b>	<b>6.701,00</b>
07.02.08.03.02	Museu, Cinema e Universidade Popular	6.700,00
07.02.08.03.99	Outros	1,00
<b>07.02.08.04</b>	<b>Serviços Desportivos</b>	<b>50.340,78</b>
07.02.08.04.01	Piscina Coberta, Pavilhão Desportos e Estadio	50.339,78
07.02.08.04.99	Outros	1,00
<b>07.02.09</b>	<b>Serviços Especificos das Autarquias</b>	<b>250.299,62</b>
07.02.09.01	Saneamento	1,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	176.567,53
<b>07.02.09.03</b>	<b>Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias</b>	<b>11.540,98</b>
07.02.09.03.02	Transportes Escolares	11.539,98
07.02.09.03.03	Transporte de Pessoas e Mercadorias	1,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	7.788,03
07.02.09.05	Cemitérios	46.574,65
07.02.09.06	Mercados e Feiras	1,00
07.02.09.07	Parques de Estacionamento	389,38
07.02.09.09	Canideos e Gatideos	328,34
07.02.09.99	Outros	7.108,71
<b>07.02.99</b>	<b>Outros</b>	<b>1,00</b>
07.02.99.99	Outros	1,00
<b>07.03</b>	<b>RENDAS</b>	<b>14.987,48</b>
07.03.01	Habitações	600,00
<b>07.03.02</b>	<b>Edifícios</b>	<b>14.170,48</b>
07.03.02.01	Rendas (Bares da Piscina, Jardim Publico e Terminal Rodoviario)	11.081,08
07.03.02.02	Rendas (Terminal Rodoviario)	3.089,40
07.03.99	Outras	217,00
<b>08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.701,09</b>
<b>08.01</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>9.701,09</b>
<b>08.01.99</b>	<b>Outras</b>	<b>9.701,09</b>
08.01.99.01	Indemnizações por Deterioração,Roubo e Extravio de Bens	30,00
08.01.99.03	IVA Reembolsado	1,00
08.01.99.05	Seguros (Indemnizações)	9.669,09
08.01.99.99	Diversas	1,00
	<b>R E C E I T A S D E C A P I T A L</b>	<b>3.146.590,81</b>



ENTIDADE Camara Municipal de Ferreira Alentejo	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
---	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
<b>09</b>	<b>VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO</b>	<b>62.715,00</b>
<b>09.01</b>	<b>TERRENOS</b>	<b>52.711,00</b>
09.01.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00
09.01.10	Famílias	52.710,00
<b>09.02</b>	<b>HABITAÇÕES</b>	<b>10.001,00</b>
09.02.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00
09.02.10	Famílias	10.000,00
<b>09.03</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>	<b>2,00</b>
09.03.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00
09.03.10	Famílias	1,00
<b>09.04</b>	<b>OUTROS BENS DE INVESTIMENTO</b>	<b>1,00</b>
<b>09.04.03</b>	<b>Administração Publica - Administração Central - Estado</b>	<b>1,00</b>
09.04.03.03	Outros	1,00
<b>10</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>3.083.872,81</b>
<b>10.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>3.083.872,81</b>
<b>10.03.01</b>	<b>Estado</b>	<b>654.799,00</b>
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	634.795,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	1,00
10.03.01.05	Ministerio da Educação	20.000,00
10.03.01.06	Fundo Ambiental	1,00
10.03.01.07	artº 35º, nº 3 da Lei nº 73/2013	1,00
10.03.01.99	Outras	1,00
<b>10.03.07</b>	<b>Estado - Parti.Comun.em Projectos Co-Financiados</b>	<b>2.429.073,81</b>
<b>10.03.07.01</b>	<b>INAlentejo</b>	<b>2,00</b>
10.03.07.01.01	INALENTEJO	1,00
10.03.07.01.02	Outros	1,00
<b>10.03.07.03</b>	<b>ALENTEJO 2020</b>	<b>2.429.071,81</b>
10.03.07.03.01	ALENTEJO 2020	1.617.400,14
10.03.07.03.02	POSEUR+	811.670,67
10.03.07.03.03	OUTROS	1,00
<b>11</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>	<b>1,00</b>
<b>11.06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>	<b>1,00</b>
11.06.10	Famílias	1,00
<b>12</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>1,00</b>
<b>12.06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>	<b>1,00</b>
12.06.02	Sociedades Financeiras	1,00
<b>13</b>	<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1,00</b>
<b>13.01</b>	<b>OUTRAS</b>	<b>1,00</b>
13.01.99	Outras	1,00
	<b>O U T R A S R E C E I T A S</b>	<b>844,64</b>
<b>15</b>	<b>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>	<b>844,64</b>
<b>15.01</b>	<b>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>	<b>844,64</b>
15.01.01	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	844,64
TOTAL DAS RECEITAS		12.992.163,44

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

# ORÇAMENTO DA DESPESA

## 2019



Município de **Ferreira do Alentejo**



### **3.2. MAPA DO ORÇAMENTO DA DESPESA (CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)**

ENTIDADE Camara Municipal de Ferreira Alentejo	ORÇAMENTO DA DESPESA ( POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA )	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2019
---	--	----------------------------------

PÁGINA : 1

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	18.500,00	
		<b>D E S P E S A S C O R R E N T E S</b>		<b>18.500,00</b>
	<b>01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>		<b>12.000,00</b>
	<b>01.02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>		<b>11.500,00</b>
	01.02.04	Ajudas de Custo		1.500,00
	<b>01.02.13</b>	<b>Outros Suplementos e Premios</b>		<b>10.000,00</b>
	01.02.13.02	Outros		10.000,00
	<b>01.03</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>		<b>500,00</b>
	<b>01.03.09</b>	<b>Seguros</b>		<b>500,00</b>
	01.03.09.01	Seguros Acid.Trabalho e Doenças Profissionais		500,00
	<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>		<b>6.500,00</b>
	<b>02.01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>		<b>1.000,00</b>
	02.01.08	Material de Escritorio		500,00
	02.01.21	Outros Bens		500,00
	<b>02.02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>		<b>5.500,00</b>
	02.02.09	Comunicações		500,00
	02.02.13	Deslocações e Estadas		4.000,00
	02.02.25	Outros Serviços		1.000,00
02		CAMARA MUNICIPAL	11.663.884,10	
		<b>D E S P E S A S C O R R E N T E S</b>		<b>8.206.924,68</b>
	<b>01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>		<b>4.091.399,00</b>
	<b>01.01</b>	<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>		<b>3.116.396,00</b>
	01.01.01	Titulares Org.Sob.e Membros de Org.Autarquicos		123.800,00
	<b>01.01.04</b>	<b>Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas por Tempo Indeterminado</b>		<b>2.135.000,00</b>
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		2.133.500,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatorias de Posicionamento Remuneratorio		1.000,00
	01.01.04.03	Alterações Facultativas de Posicionamento Remuneratorio		500,00
	<b>01.01.06</b>	<b>Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas a Tempo Determinado</b>		<b>1,00</b>
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		1,00
	01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		85.000,00
	01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação		10.000,00
	01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação		85.000,00
	01.01.11	Representação		31.393,00
	01.01.12	Suplementos e Premios		1.000,00
	<b>01.01.13</b>	<b>Subsidio de Refeição</b>		<b>214.201,00</b>
	01.01.13.01	Subsidio de Refeição - RCTFPTI		196.000,00
	01.01.13.02	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação		18.200,00
	01.01.13.03	Subsidio de Refeição - RCTFPTD		1,00
	<b>01.01.14</b>	<b>Subsidios de Ferias e Natal</b>		<b>369.001,00</b>
	01.01.14.01	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI		356.000,00
	01.01.14.02	Subsidio de Ferias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação		13.000,00
	01.01.14.03	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTD		1,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade		62.000,00
	<b>01.02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>		<b>93.002,00</b>
	01.02.02	Horas Extraordinarias		70.000,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		5.000,00
	01.02.05	Abono para Falhas		3.000,00
	01.02.06	Formação		1,00
	01.02.11	Subsidio de Turno		5.000,00
	<b>01.02.13</b>	<b>Outros Suplementos e Premios</b>		<b>10.001,00</b>

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS ORGÂNICA                      ECONÓMICA		D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.02.13.01	Premios de Desempenho		1,00
	01.02.13.02	Outros		10.000,00
	<b>01.03</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>		<b>882.001,00</b>
	01.03.01	Encargos com a Saude		100.000,00
	01.03.02	Outros Encargos com a Saude		28.000,00
	01.03.03	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens		7.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		3.000,00
	<b>01.03.05</b>	<b>Contribuições para a Segurança Social</b>		<b>700.000,00</b>
	<b>01.03.05.02</b>	<b>Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP)</b>		<b>700.000,00</b>
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		500.000,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral		200.000,00
	01.03.06	Acidentes em Serviços e Doenças Profissionais		1.000,00
	<b>01.03.09</b>	<b>Seguros</b>		<b>38.000,00</b>
	01.03.09.01	Seguros Acid.Trabalho e Doenças Profissionais		38.000,00
	<b>01.03.10</b>	<b>Outras Despesas de Segurança Social</b>		<b>5.001,00</b>
	01.03.10.01	Eventualidade Maternidade Paternidade e Adoção		1,00
	01.03.10.99	Outras Despesas de Segurança Social		5.000,00
	<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>		<b>3.483.924,93</b>
	<b>02.01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>		<b>649.315,60</b>
	02.01.01	Materias-Primas e Subsidiarias		125.782,58
	<b>02.01.02</b>	<b>Combustiveis e Lubrificantes</b>		<b>318.262,45</b>
	02.01.02.01	Gasolina		3.502,16
	02.01.02.02	Gasóleo		255.000,00
	02.01.02.99	Outros		59.760,29
	02.01.04	Limpeza e Higiene		12.470,00
	02.01.05	Alimentação - Refeições Confeccionadas		1.000,00
	02.01.06	Alimentação - Generos para Confeccionar		4.292,42
	02.01.07	Vestuario e Artigos Pessoais		3.501,00
	02.01.08	Material de Escritorio		26.588,59
	02.01.09	Produtos Quimicos e Farmaceuticos		37.262,89
	02.01.11	Material de Consumo Clinico		2.260,35
	02.01.12	Material de Transporte - Peças		23.000,00
	02.01.13	Material de Consumo Hoteleiro		2.871,89
	02.01.14	Outro Material - Peças		11.500,00
	02.01.15	Premios,Condecorações e Ofertas		14.000,00
	<b>02.01.16</b>	<b>Mercadorias para Venda</b>		<b>6.355,91</b>
	02.01.16.01	Água		1,00
	02.01.16.03	Outras		6.354,91
	02.01.17	Ferramentas e Utensilios		8.500,00
	02.01.18	Livros e Documentação Tecnica		503,23
	02.01.19	Artigos Honorificos e de Decoração		1.136,51
	02.01.20	Material de Educação Cultura e Recreio		20.125,78
	02.01.21	Outros Bens		29.902,00
	<b>02.02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>		<b>2.834.609,33</b>
	02.02.01	Encargos das Instalações		450.500,00
	02.02.02	Limpeza e Higiene		557.001,00
	02.02.03	Conservação de Bens		51.000,00
	02.02.05	Locação de Material de Informática		19.133,00
	02.02.08	Locação de outros bens		21.525,00
	02.02.09	Comunicações		100.000,00
	02.02.10	Transportes		56.250,00
	02.02.11	Representação dos Serviços		500,00
	02.02.12	Seguros		63.500,00
	02.02.13	Deslocações e Estadas		17.504,00
	02.02.14	Estudos,Pareceres,Projectos e Consultadoria		50.480,00
	02.02.15	Formação		7.500,00
	02.02.16	Seminarios,Exposições e Similares		8.501,00
	02.02.17	Publicidade		41.001,00
	02.02.18	Vigilancia e Segurança		39.350,00
	02.02.19	Assistencia Tecnica		70.983,40
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		737.509,00
	02.02.21	Utilização de Infraestruturas de Transportes		1.926,10

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS ORGÂNICA                      ECONÓMICA		D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02.22	Serviços de Saude		9.000,00
	02.02.24	Encargos de Cobrança de Receitas		65.168,07
	02.02.25	Outros Serviços		466.277,76
	<b>03</b>	<b>JUROS E OUTROS ENCARGOS</b>		<b>57.594,75</b>
	<b>03.01</b>	<b>JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA</b>		<b>57.524,75</b>
	<b>03.01.03</b>	<b>Soc. Fin. - Bancos e Outras Ins.Financeiras</b>		<b>52.328,25</b>
	<b>03.01.03.02</b>	<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazos</b>		<b>52.328,25</b>
	03.01.03.02.01	Caixa Geral de Depositos		51.828,25
	03.01.03.02.03	Banco Espirito Santo		500,00
	<b>03.01.05</b>	<b>Administração Publica Central - Estado</b>		<b>5.196,50</b>
	03.01.05.02	Emprestimos de Medio e Longo Prazos		5.196,50
	<b>03.02</b>	<b>OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA</b>		<b>68,00</b>
	03.02.01	Despesas Diversas		68,00
	<b>03.03</b>	<b>JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>2,00</b>
	03.03.05	Material de Transporte		1,00
	03.03.08	OUTROS INVESTIMENTOS		1,00
	<b>04</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>		<b>529.006,00</b>
	<b>04.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>165.500,00</b>
	<b>04.05.01</b>	<b>Continente</b>		<b>165.500,00</b>
	04.05.01.02	Freguesias		165.500,00
	<b>04.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		<b>321.504,00</b>
	04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos		321.504,00
	<b>04.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>		<b>42.002,00</b>
	04.08.02	Outras		42.002,00
	<b>05</b>	<b>SUBSÍDIOS</b>		<b>20.000,00</b>
	<b>05.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>		<b>20.000,00</b>
	<b>05.01.01</b>	<b>PÚBLICAS</b>		<b>20.000,00</b>
	05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		20.000,00
	<b>06</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>		<b>25.000,00</b>
	<b>06.02</b>	<b>DIVERSAS</b>		<b>25.000,00</b>
	<b>06.02.03</b>	<b>Outras</b>		<b>25.000,00</b>
	06.02.03.05	Outras		25.000,00
		<b>D E S P E S A S D E C A P I T A L</b>		<b>3.456.959,42</b>
	<b>07</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>		<b>2.562.416,14</b>
	<b>07.01</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>2.182.401,75</b>
	07.01.01	Terrenos		5.003,00
	<b>07.01.02</b>	<b>HABITAÇÕES</b>		<b>1,00</b>
	07.01.02.03	Reparação e Beneficiação		1,00
	<b>07.01.03</b>	<b>Edifícios</b>		<b>488.083,23</b>
	07.01.03.01	Instalações de Serviços		239.578,23
	07.01.03.02	Instalações Desportivas e Recreativas		35.002,00
	07.01.03.03	Mercados e Instalação de Fiscalização Sanitária		105.000,00
	07.01.03.07	Outros		108.503,00
	<b>07.01.04</b>	<b>Construções Diversas</b>		<b>1.133.366,60</b>
	07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		80.001,00
	07.01.04.03	Estações de Tratamento de Águas Residuais		886.000,00
	07.01.04.04	Iluminação Pública		1,00
	07.01.04.05	Parques e Jardins		2,00
	07.01.04.06	Instalações Desportivas e Recreativas		51.358,60
	07.01.04.07	Captação e Distribuição da Água		1,00
	07.01.04.08	Viação Rural		50.001,00
	07.01.04.09	Sinalização e Trânsito		1.002,00
	07.01.04.13	Outros		65.000,00
	<b>07.01.06</b>	<b>Material de Transporte</b>		<b>60.001,00</b>
	07.01.06.01	Recolha de Resíduos		1,00
	07.01.06.02	Outro		60.000,00
	07.01.07	Equipamento de Informatica		66.002,00
	07.01.08	Software Informatico		63.000,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		21.001,00
	<b>07.01.10</b>	<b>Equipamento Basico</b>		<b>271.876,92</b>
	07.01.10.01	Equipamento de Recolha de Resíduos		25.000,00
	07.01.10.02	Outro		246.876,92
	07.01.11	Ferramentas e Utensilios		7.060,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS ORGÂNICA                      ECONÓMICA		D E S I G N A Ç Ã O	ORGÂNICA	ECONÓMICA
03	07.01.12	Artigos e Objectos de Valor		1.000,00
	07.01.13	Investimentos Incorporeos		66.006,00
	07.01.15	Outros Investimentos		1,00
	<b>07.02</b>	<b>LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1,00</b>
	07.02.05	Material de Transporte - Locação Financeira		1,00
	<b>07.03</b>	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>		<b>380.013,39</b>
	<b>07.03.03</b>	<b>Outras Construções e Infraestruturas</b>		<b>380.013,39</b>
	07.03.03.01	Viadutos,Arruamentos e Obras Complementares		199.012,39
	07.03.03.07	Captação e Distribuição de Agua		10.000,00
	07.03.03.12	Cemiterios		1.000,00
	07.03.03.13	Outros		170.001,00
	<b>08</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>		<b>366.817,00</b>
	<b>08.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>336.816,00</b>
	<b>08.05.01</b>	<b>Continente</b>		<b>336.816,00</b>
	08.05.01.02	Freguesias		325.001,00
	08.05.01.04	Associações de Municípios		11.815,00
	<b>08.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		<b>1,00</b>
	08.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos		1,00
	<b>08.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>		<b>30.000,00</b>
	08.08.02	Outras		30.000,00
	<b>09</b>	<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>		<b>35.542,00</b>
	<b>09.08</b>	<b>Unidades de Participação</b>		<b>35.542,00</b>
	<b>09.08.06</b>	<b>Administração Publica - Administração Central - Serviços Fundos Autonomos</b>		<b>35.542,00</b>
	09.08.06.01	Fundo de Apoio Municipal		35.542,00
	<b>10</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>492.184,28</b>
	<b>10.06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>		<b>492.184,28</b>
	<b>10.06.03</b>	<b>Soc.Fin.- Bancos e Outras Inst.Financeiras</b>		<b>463.867,52</b>
	10.06.03.01	Caixa Geral de Depósitos		410.182,00
	10.06.03.03	Novo Banco		53.685,52
	10.06.05	Administração Publica Central - Estado		28.316,76
		ESCOLAS	1.309.779,34	
		<b>D E S P E S A S C O R R E N T E S</b>		<b>1.119.777,34</b>
	<b>01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>		<b>526.876,34</b>
	<b>01.01</b>	<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>		<b>401.694,04</b>
	<b>01.01.04</b>	<b>Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas por Tempo Indeterminado</b>		<b>294.693,04</b>
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		294.692,04
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		1,00
	<b>01.01.06</b>	<b>Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho para o Exercício de Funções Públicas a Tempo Determinado</b>		<b>1,00</b>
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		1,00
	01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação		1.000,00
	01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação		8.400,00
	<b>01.01.13</b>	<b>Subsidio de Refeição</b>		<b>40.200,00</b>
	01.01.13.01	Subsidio de Refeição - RCTFPTI		39.000,00
	01.01.13.02	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação		1.200,00
	<b>01.01.14</b>	<b>Subsidios de Ferias e Natal</b>		<b>56.400,00</b>
	01.01.14.01	Subsidio de Ferias e de Natal - RCTFPTI		55.000,00
	01.01.14.02	Subsidio de Ferias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação		1.400,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Matern./Paternidade		1.000,00
	<b>01.02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>		<b>3.182,30</b>
	01.02.02	Horas Extraordinarias		1.000,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		1.200,00
	01.02.05	Abono para Falhas		982,30
	<b>01.03</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>		<b>122.000,00</b>
	01.03.01	Encargos com a Saude		30.000,00
	01.03.02	Outros Encargos com a Saude		5.000,00



C L A S S I F I C A Ç Õ E S			M O N T A N T E	
CÓDIGOS ORGÂNICA      ECONÓMICA		DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.03	Subsidio Familiar a Crianças e Jovens		1.000,00
	01.03.05	<b>Contribuições para a Segurança Social</b>		<b>86.000,00</b>
	01.03.05.02	<b>Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Publicas (RCTFP)</b>		<b>86.000,00</b>
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		48.000,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral		38.000,00
	02	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>		<b>345.500,00</b>
	02.01	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>		<b>28.000,00</b>
	02.01.20	Material de Educação Cultura e Recreio		28.000,00
	02.02	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>		<b>317.500,00</b>
	02.02.02	Limpeza e Higiene		20.000,00
	02.02.10	Transportes		257.000,00
	02.02.14	Estudos,Pareceres,Projectos e Consultadoria		10.000,00
	02.02.16	Seminarios,Exposições e Similares		500,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		30.000,00
	04	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>		<b>247.401,00</b>
	04.03	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>		<b>30.000,00</b>
	04.03.01	Estado		30.000,00
	04.05	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>54.000,00</b>
	04.05.01	<b>Continente</b>		<b>54.000,00</b>
	04.05.01.02	Freguesias		54.000,00
	04.07	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		<b>151.001,00</b>
	04.07.01	Instituições sem Fins Lucrativos		151.001,00
	04.08	<b>FAMÍLIAS</b>		<b>12.400,00</b>
	04.08.02	Outras		12.400,00
		<b>D E S P E S A S D E C A P I T A L</b>		<b>190.002,00</b>
	07	<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>		<b>190.002,00</b>
	07.01	<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>190.002,00</b>
	07.01.03	<b>Edifícios</b>		<b>170.000,00</b>
	07.01.03.05	Escolas		170.000,00
	07.01.06	<b>Material de Transporte</b>		<b>1,00</b>
	07.01.06.02	Outro		1,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		20.000,00
	07.01.10	<b>Equipamento Basico</b>		<b>1,00</b>
	07.01.10.02	Outro		1,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				12.992.163,44

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

# ARTICULADO NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2019



Município de Ferreira do Alentejo



## **4. ARTICULADO**

### **Normas de execução do orçamento**

(alínea d) do nº 1 do artº 46 da lei 73/2013, de 3 de setembro)

#### **Capítulo I**

#### **Âmbito e princípios genéricos**

##### **Artigo 1.º**

##### **Definição e objeto**

O presente documento estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do orçamento do Município no ano de 2019, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

##### **Artigo 2.º**

##### **Execução orçamental**

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
- a. registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2018 que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
  - b. registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2018 sem fatura associada;
  - c. registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2019;

### **Artigo 3.º**

#### **Modificações ao Orçamento e GOP's**

A Câmara Municipal, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, no cumprimento estrito do disposto nos números 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL.

### **Artigo 4.º**

#### **Registo contabilístico**

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar assim como pelo controlo das despesas realizadas no que concerne ao controlo dos correspondentes documentos justificativos.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a Câmara Municipal as quais serão encaminhadas para o serviço financeiro. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para o já citado serviço, no prazo máximo de 2 dias úteis.
3. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isoladamente ou conjuntamente, não exceda o montante de € 5.000 por mês, devem ser enviados ao serviço financeiro (SF) em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.

4. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviadas ao SF, em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

#### **Artigo 5.º**

##### **Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia**

A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário do Imobilizado Corpóreo da Autarquia.

#### **Artigo 6.º**

##### **Gestão de stocks**

1. stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto de registo nas aplicações de “obras” e “máquinas/viaturas”, associados aos respetivos centros de custo/ folhas de obra.
3. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito de gestão de stocks, constam da norma de controlo interno.

#### **Artigo 7.º**

##### **Candidaturas a fundos comunitários e outras participações**

O Serviço de Economia e Estratégia (SEE), é o serviço municipal responsável pela apresentação atempada de todas as candidaturas a programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam aos fundos comunitários.

## **Capítulo II**

### **Receita orçamental**

#### **Secção I**

##### **Princípios**

#### **Artigo 8.º**

### **Princípios gerais para a arrecadação de receitas**

Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no orçamento, conforme disposto em 2.3.4.2-a) e b) do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

1. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
2. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais e outros diplomas legais em vigor, que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos

## **Secção II**

### **Entrega das receitas cobradas**

#### **Artigo 9.º**

##### **Cobranças pelos serviços municipais**

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.
2. A entrega de receita na tesouraria deverá ser acompanhada de resumo de cobrança ao qual terão de ser anexados, para conferência, os talões ou recibos que lhe deram origem bem como os comprovativos do depósito.

#### **Artigo 10.º**

##### **Valores creditados em conta bancária**

1. Qualquer montante creditado em contas bancárias do Município de Ferreira do Alentejo, com a exceção das contas próprias de cauções, que não tenha sido possível reconhecer até ao final do ano económico, é liquidado e cobrado como receita municipal, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal.

2. A dívida de clientes correspondente à receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada, desde que os munícipes/utentes apresentem os respetivos comprovativos de depósito bancário.

### **Artigo 11º**

#### **Estorno, Anulação e Restituição de Receitas**

1. Os estornos de guias de receita devem ser efetuados mediante informação do serviço que solicita o estorno no dia em que se verifique a sua ocorrência, fundamentando e justificando as razões do mesmo.
2. As anulações de dívida por motivo de duplicação ou lapso no cálculo do valor a cobrar, devem ser efetuadas mediante informação do serviço que solicita anulação, autorizada superiormente pelo Presidente, fundamentando e justificando as razões para o mesmo.
3. As restituições de receitas devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada pelo serviço, e autorizada superiormente pelo Presidente da Câmara, sendo que:
  - 3.1. Restituições do próprio ano são efetuadas através de processo de receita com emissão de RAR (reposição Abatida à Receita) com reflexos no Controlo Orçamental da receita;
  - 3.2. Restituições de anos anteriores são efetuadas através de processo de despesa com emissão de OP (Ordem de Pagamento) com reflexos no Controlo Orçamental da Despesa;

## **Capítulo III**

### **Despesa orçamental**

#### **Secção I**

#### **Princípios e regras**

### **Artigo 12.º**

#### **Princípios gerais para a realização da despesa**

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à



aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
  - 2.1. Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
  - 2.2. Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
  - 2.3. Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
4. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados mensalmente para um período deslizando de seis meses. De igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.
5. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
6. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

### **Artigo 13.º**

#### **Conferência e registo da despesa**

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização do Tribunal de Contas.

2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados, consoante a especificidade e a fase de realização da despesa, pela Secção Financeira e Secção de Recursos Humanos, nos termos referidos a seguir:

2.1.1. As funções de registo das operações de cabimento, compromisso, tratamento de faturas e liquidação de despesa são asseguradas pela DAM- Serviços Financeiros nos termos do artigo seguinte;

2.1.2. A Secção de Recursos Humanos assegura a informação necessária ao processamento das despesas com pessoal;

## **Artigo 14º**

### **Processamento das faturas**

1. As faturas justificativas da despesa realizada, deverão ser emitidas em nome da CMFA e enviadas ao cuidado da secção financeira no prazo de 5 dias, após a respetiva prestação, com a indicação do número do compromisso definitivo/ requisição oficial e o número do processo.
2. As faturas a liquidar, as guias de remessa ou transporte deverão ser visadas, pelo serviço requisitante do bem / serviço contratado.
3. Fica estabelecido um prazo de 5 dias para a devolução de faturas visadas pelos serviços responsáveis à secção financeira. Se a fatura não for visada no prazo referido anteriormente, a mesma será devolvida ao fornecedor.
4. Na situação das faturas não se apresentarem com as condições previstas na lei e no presente normativo, cabe ao serviço financeiro devolver-las ao fornecedor e/ou solicitar as respetivas notas de crédito.
5. Não poderá proceder-se a pagamentos de bens e serviços ou concessão de subsídios/transferências a contribuintes do regime geral da Segurança Social de inscrição obrigatória que não apresentem declaração comprovativa da situação contributiva regularizada (pagamentos superiores a 4.987,98 euros) e/ou declaração comprovativa das Finanças de situação contributiva regularizada (pagamentos de qualquer montante), com exceção dos pagamentos efetuados a organismos públicos.

## **Artigo 15.º**

### **Processamento de remunerações**

1. As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pelos serviços financeiros com informação disponibilizada pela Secção de Recursos Humanos.
2. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada nos serviços financeiros, até 3 dias antes da data prevista para o pagamento de cada mês.
3. Quando se verificar a admissão ou mudança da situação do trabalhador, depois do processamento das remunerações, será feita a regularização no mês seguinte.

### **Artigo 16.º**

#### **Entrega de Cauções**

1. Os serviços que rececionem cauções sob qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter o original ao serviço financeiro, que deve proceder ao seu registo.
2. Cabe ao serviço financeiro registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções.
3. As garantias bancárias ficarão à guarda do serviço financeiro.
4. Para efeitos de libertação de cauções os serviços responsáveis devem enviar ao serviço financeiro, nos termos do contrato e da legislação em vigor, informação onde constem as condições para libertar as cauções existentes.

### **Artigo 17.º**

#### **Fundos de manei**

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Executivo Municipal, a constituição de fundos de manei, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. O montante máximo de fundo de manei a atribuir será de € 2.500 salvo situações devidamente fundamentadas pelos serviços e autorizadas pelo Presidente da Câmara.
3. Os pagamentos efetuados pelo fundo de manei são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter caráter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada.
4. A competência para o pagamento de despesas por conta do fundo de manei é do responsável pelo mesmo.

5. O fundo de maneo será saldado até ao dia 20 do mês de dezembro de 2019, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.
6. Os demais procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, constam do Regulamento de Fundo de Maneio.

## **Secção II**

### **Autorização da Despesa**

#### **Artigo 18.º**

##### **Compromissos Plurianuais**

1. Atendendo ao disposto no art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho e no art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a abertura de procedimento relativo a compromissos plurianuais, cujas despesas deem lugar a encargo orçamental em mais de que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da assembleia municipal.
2. Desde já, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais, que respeitem as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e no Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista, e bem assim, a reprogramação de compromissos desde que esta não implique aumento da despesa.
3. Até ao valor de 99.759,58 euros, fica delegado no Presidente da Câmara Municipal a concessão da autorização de quaisquer compromissos plurianuais.

#### **Artigo 19.º**

##### **Autorizações assumidas**

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:
  - 1.1. Vencimentos e salários;
  - 1.2. Subsídio familiar – crianças e jovens;
  - 1.3. Gratificações, pensões de aposentação e outras;

- 1.4. Encargos de empréstimos;
  - 1.5. Rendas;
  - 1.6. Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou outros organismos;
  - 1.7. Água, energia elétrica, gás;
  - 1.8. Comunicações telefónicas e postais;
  - 1.9. Prémios de seguros;
  - 1.10. Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

### **Secção III**

#### **Procedimentos e regras especiais para a realização da despesa**

#### **Artigo 20.º**

##### **Despesas de deslocação**

1. A utilização de viatura própria ou transporte aéreo e as deslocações ao estrangeiro carecem sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara Municipal, ou vereadores, com competência delegada.
2. As despesas decorrentes de deslocações em serviço no país carecem de autorização prévia do Presidente da Câmara Municipal, ou vereadores, com competência delegada.
3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 10 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.

#### **Artigo 21.º**

##### **Operações de tesouraria**

Os processos de operações de tesouraria serão organizados pelo serviço financeiro.

### **Secção IV**

#### **Celebração e formalização de contratos e protocolos**

#### **Artigo 22.º**

### **Protocolos**

1. Os Protocolos que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia, deverão obter o prévio parecer da DAM para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à DAM proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos Protocolos referidos no ponto anterior.

## **Capítulo IV**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 23.º**

##### **Tabela de Taxas e preços**

1. Nos termos do disposto no artº 13º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, os valores das taxas e preços previstos são atualizados no presente orçamento anual, de acordo com a taxa de inflação, referente ao fecho do ano de 2018.
2. Em consequência da aplicação do disposto no número anterior, far-se-á o acerto das taxas e preços para a dezena de cêntimos mais aproximada por defeito ou excesso.
3. O disposto no número anterior constitui interpretação autêntica da norma constante do artigo 6º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços.
4. É publicada nos lugares de estilo e no sítio da internet a tabela de taxas e preços com a atualização decorrente do disposto no presente artigo.

#### **Artigo 25.º**

##### **Dúvidas sobre a execução do Orçamento**

As dúvidas que se suscitarem na execução do orçamento e na aplicação ou interpretação das normas de execução do orçamento serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal.

# ANEXOS



Município de **Ferreira do Alentejo**



## 5. ANEXOS

### 5.1. ORÇAMENTO DA MOBİTRAL (ALÍNEA b) DO Nº 2 DO ARTIGO 46º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

Nota. A Mobitral - Mobílias Tradicionais Alentejanas EM informou que o Orçamento para o ano 2019 ainda não se encontra aprovado, devendo ser entregue em breve

### 5.2. MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS (ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTIGO 46º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

Entidades Participadas			
Nome da entidade	N.º Contribuinte	% de Participação	Valor
<b>AMAGRA</b> – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente	501144587	14,28	500,00 €
<b>CİMBAL</b> – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	509761534	7,1	26.935,08 €
<b>ANMP</b> – Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	0,28	4.218,00 €
<b>ADEMO</b> – Associação para Desenvolvimento Municípios Olivícolas Portugueses	504345346	5,62	1.447,95 €
<b>AMPV</b> – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	1,3	1.000,00 €
<b>MOBITRAL</b> – Mobílias Tradicionais Alentejanas, EM	506357880	87	43.500,00 €
<b>ESDİME</b> – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, CRL	502149248	7,28	25.049,88 €
<b>CRBA</b> – Conservatório Regional do Baixo Alentejo	503375241	5,88	248,77 €
<b>COTR</b> – Centro Operativo e Tecnológico de Regadio	504777181	3,1	1.968,50 €

### 5.3. MAPA DE EMPRÉSTİMS



### Empréstimos - Previsão de Encargos 2019

Caracterização do Empréstimo	Data de Aprovação pela A.M.	Data de Contratação do Empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo  ( C )	Capital Contratado	Capital Utilizado	Taxa de Juro		Encargos do Ano				Encargos do Ano Vencidos e não Pagos	Divida em 1 de Janeiro de 2018	Divida em 31 de dezembro de 2018	Obs.
					Nº. Reg	Data				Inicial %	Atual %	Amortização	Juros	Total	Juros de Mora				
Médio e Longo Prazo	30-04-02	16-05-02	20	16	1438	04-07-02	Financiamento dos Projetos: URBICOM; Museu Municipal, Zona Ribeirinha de Santa Margarida do Sado, Infraestruturas Desportivas e de Lazer ( Fase 3), Estradas e Caminhos Municipais, etc (N)	3.000.000,00	3.000.000,00	4,57651	0,9786	208.961,80	700,88	209.662,68			794.240,99	585.279,19	CGD
Idem	21-11-03	05-12-03	20	15	3159	31-12-03	Financiamento dos seguintes Projetos: Parque Industrial de Ferreira do Alentejo no valor de 270.145,00 € ; Parque Agro-Industrial do Penique em Odivelas no valor de 177.000,00 €; Casa Mortuária de Canhestros no valor de 60.000,00 €; Casa Mortuária de Odivelas no valor de 60.000,00 €; Casa Mortuária de Peroguarda no valor de 60.000,00 € e Casa Mortuária de Santa Margarida do Sado no valor de 60.000,00 € ( N )	687.145,00	687.145,00	2,8132	0,9230	44.204,18	785,42	44.989,60			222.713,89	178.509,71	CGD
Idem	23-09-04	19-10-04	20	13	2510	13-01-05	Financiamento dos seguintes Projetos: Centro Cultural de Alfândega no valor de 200.000,00 €; Centro Cultural de Odivelas no valor de 200.000,00 €; Arranjo Urbanístico do IP8 no valor de 100.000,00 €; Iluminação da Rede de Polidesportivos do Concelho ( Alfândega, Figueira de Cavaleiros, Olhas, Stª Margarida do Sado, Canhestros e Odivelas) no valor de 156.603,00 € ( N )	656.603,00	656.603,00	2,56022	0,0610	41.207,43	164,89	41.372,32			247.683,94	206.476,51	CGD
Idem	30-06-05	21-07-05	20	13	2097	24-08-05	Execução das Infraestruturas e Arranjos Urbanísticos da Zona Envolvente ao Novo Estádio Municipal ( N )	721.223,00	721.223,00	2,34433	0,0000	46.955,44		46.955,44			316.949,20	269.993,76	CGD
Idem	26-06-06	28-12-06	20	11	1828	17-01-07	Financiamento dos seguintes Projetos: Parque de Exposições e Feiras no valor de 450.000,00 €; Etar's Alfândega-20.000,00, Odivelas- 40.000,00, Santa Margarida do Sado- 40.000,00, Construção e Conservação de Arruamentos – Rua MFA-FAL – 122.654,00, Rua Aires da Fonseca – Alfândega – 20.000,00, Rua Comb.G.Guerra-Fig.Caval.-25.000,00, Rua António Canilhas-Fig.Caval.-15.000,00, Arranjos Urbanísticos e Obras de Urbanização-Zona Envolvente ao Bairro 25 de Abril – Odivelas-40.000,00, Rua 1º de Maio em Alfândega-20.000,00, Construção do Recinto de Lazer Polivalente em Canhestros-40.000,00, Ampliação da Sede da Freguesia de Peroguarda – 40.000,00, Centro Cultural de Gasparões-40.000,00 ( N )	912.654,00	912.654,00	3,729	0,800	53.685,52	483,73	54.169,25			442.905,70	389.220,18	BES
Idem	26-09-12	16-11-12	14	6	1641	13-12-12	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local ( N )	458.617,11	393.741,63	0,240	0,240	28.316,76	5.860,07	34.176,83			226.534,02	198.217,26	DGTF

### Empréstimos - Previsão de Encargos 2019

Caracterização do Empréstimo	Data de Aprovação pela A.M.	Data de Contratação do Empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo  ( C )	Capital Contratado	Capital Utilizado	Taxa de Juro		Encargos do Ano				Encargos do Ano Vencidos e não Pagos	Divida em 1 de Janeiro de 2018	Divida em 31 de dezembro de 2018	Obs.
					Nº. Reg	Data				Inicial %	Atual %	Amortização	Juros	Total	Juros de Mora				
Idem	29-06-16	14-07-16	20		1745	15-09-16	Financiamento dos seguintes Projetos: - Requalificação Urbanística da Entrada Sul de Ferreira do Alentejo no valor de 35.000,00 €; Conclusão do Estádio Municipal no valor de 583.000,00 €; Requalificação da Entrada Norte de Ferreira do Alentejo no valor de 332.000,00 €; Requalificação Urbanística da Rotunda de Odivelas no valor de 26.000,00 €; Construção do Parque Sénior de Alfândoa no valor de 62.000,00 €; Construção de Arruamento em Peroguarda no valor de 43.500,00 €; Construção de Arruamento em Gasparões no valor de 36.500,00 €; Construção de Arruamento em Aldeia do Rouquenho no valor de 26.000,00 € e Requalificação Urbanística junto ao Polidesportivo de Figueira de Cavaleiros no valor de 56.000,00 € ( N )	1.200.000,00	591.000,00	0,011	0,011		6.490,40	6.490,40			591.000,00	591.000,00	CGD
Soma								7.636.242,11	6.962.366,63			423.331,13	14.485,39	431.326,12			2.842.027,74	2.418.696,61	